

EIXO 1: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

EDUCAR E EVANGELIZAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DISPUTAS POLÍTICAS E ATUAÇÃO DOS BARNABITAS NO BRASIL (1903–1920)

Rafael Borges de Oliveira

UERJ

rborges@uc.cl

Financiamento: CAPES

Resumo

Interpretar como a missão barnabita no Brasil, entre 1903 e 1920, se insere nas disputas entre Igreja Católica e Estado laico na Primeira República, destacando seus efeitos sobre a formação e o trabalho docente em instituições confessionais católicas, é o objetivo deste texto. A hipótese que orienta o estudo é que, nesse contexto de afirmação do projeto republicano de escola laica e da reação católica ultramontana, educar e evangelizar se constituíram como dimensões indissociáveis do ofício docente, combinando exigências pedagógicas, disciplina moral e sociabilidades católicas, em tensão com reformas laicas do governo. A “dissolução matrimonial” entre Igreja e Estado, com a constituição de 1891, não eliminou a influencia eclesial sobre a educação; reconfigurou-a. Fez da escola terreno privilegiado para afirmações políticas e religiosas no Brasil e em diversos países latino-americanos. Nesse cenário, a chegada dos Barnabitas ao Brasil, em 1903, expulsos de contextos europeus, especialmente da França que pelas *leis Anti-Clericais Combes* de 1 de julho de 1901, foi palco de perseguição a diversas ordens e congregações masculinas e femininas (Oliveira, 2024). Inseriu no cenário brasileiro republicano, um projeto que ultrapassava a instrução formal, articulando docência, disciplina e evangelização, no período denominado por Bittencourt (2017) como a “era das congregações”. Instalaram-se inicialmente em Belém do Pará de modo provisório no mosteiro dos Irmãos Maristas até assumirem a direção do Seminário diocesano, voltado a formação religiosa, moral e intelectual do clero paraense a partir dos modelos Romano. Em 1909, em meio a conflitos internos entre os religiosos e o arcebispo do Pará, decidem-se por expandir sua atuação para o Rio de Janeiro, com a criação do Externato Zaccaria, instituição de formação masculina

que logo se tornou referência na disputa educacional entre a escola laica republicana e o ensino confessional. Esses espaços não se limitavam à instrução formal: funcionavam como arenas de disputa simbólica, em que a docência articulava ensino, disciplina e evangelização. Na produção da memória escolar, os barnabitas registraram as atividades pedagógicas desenvolvidas em crônicas, necrológios, livros e fotografias sobre o cotidiano institucional e a organização de festas escolares e religiosas. Tais registros evidenciam, como lembra Certeau (1982), que as práticas cotidianas são também práticas de poder, e no caso barnabita elas produziam legitimidade e distinção social. As fontes analisadas presentes nos arquivos provinciais, tanto no Pará quanto no Rio de Janeiro, bem como na Hemeroteca Digital Brasileira, revelam como a memória escolar foi cuidadosamente construída de modo a monumentalizar o papel exercido pelas instituições escolares barnabitas na cena educacional. Tanto em Belém quanto na então capital da república, recorria-se a imagens que traduziam a importância dos colégios nas cidades. Fotografias guardadas em álbuns ou divulgada na imprensa expressam a intenção de monumentalizar a obra educacional na própria arquitetura escolar. No Pará, a hierarquia institucional era representada em imagens que reuniam alunos e mestres em torno da figura central do reitor, configurando como eixo simbólico de unidade e disciplina, em consonância com o modelo ultramontano que orientava a ordem. As imagens da entrada do Externato Zaccaria com palmeiras reais, exemplificam o que Le Goff (2003) define como documento-monumento: registros que não apenas guardam, mas prescrevem sentidos. O uso da escrita e das imagens pelos docentes evidencia o que Pollak (1989) apontou sobre os silêncios e apagamentos como parte constitutiva da memória, e o que Halbwachs (2006) destaca sobre a seleção e a disputa das lembranças no interior de grupos sociais. As fotografias preservadas nos arquivos provinciais que deram origem aos arquivos dos colégios, sinalizam para aquilo que Farge (2009) e Foucault (2008) indicam: todo documento é fruto de escolhas e ausências e que é necessário pensar o arquivo como campo de poder. Nesse sentido, a produção escrita dos professores barnabitas não era mero registro burocrático. Constituíam-se, assim, em instrumento de construção de uma memória institucional orientada pela ordem ultramontana, que projetava uma educação voltada não apenas à instrução formal, mas à formação moral e intelectual do clero e das elites locais. Essa escrita reforça modelos pedagógicos transnacionais, em circulação entre França, Bélgica e Itália,

reinterpretados no Brasil como estratégias de distinção e legitimação. Os religiosos barnabitas se apropriaram dessas referências para educar e evangelizar quando responderam ao apelo de Leão XIII para ir ao “Brasil imenso, ao Brasil Católico” (Oliveira, 2024). No exercício de construção da memória, observa-se a articulação entre práticas locais e fluxos internacionais, acompanhada da minimização de conflitos internos da Igreja. Ainda assim, a presença barnabita no Brasil foi atravessada por tensões com o Estado republicano, pela vigilância sobre instituições confessionais e por divergências internas no catolicismo. Tais tensões revelam os limites entre a obediência ultramontana e as adaptações ao contexto nacional. Os resultados parciais apontam que a missão barnabita consolidou um modelo de docência multifacetada: além de ensinar, os professores registavam a vida escolar, celebravam ritos e inscreviam tradições. Como observa Chartier (1990), as representações organizam práticas, e tanto no Externato quanto no Seminário, essas práticas docentes conferiam legitimidade à presença católica no campo educacional. Conclui-se que a experiência barnabita no Brasil, entre 1903 e 1920, evidencia como a formação e o trabalho docente foram moldados por disputas políticas, religiosas e sociais típicas da Primeira República. Educar e evangelizar, nesse contexto, não eram funções separadas, mas dimensões de um mesmo projeto, que buscava disputar a condução da educação nacional. O estudo contribui, assim, para o debate sobre políticas educacionais na América Latina, ao iluminar como a profissão docente se construiu também por meio de práticas memoriais, simbólicas e arquivísticas.

Palavras-chave: Barnabitas. Trabalho docente. Educação confessional.

Referências

BITTENCOURT, Águeda B. **A era das congregações: pensamento social, educação e catolicismo. Pro-Posições**, v. 28, n. 3 (84), p. 29-59, set./dez. 2017.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1982.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.



FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

OLIVEIRA, Rafael Borges de. **“Ide ao Brasil Imenso, ao Brasil Católico”: evangelizar e educar na missão barnabítica no Novo Mundo (1903-1908)**. 2024. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2024

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.